GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

O conceito que eu tenho daquilo que vulgarmente designamos por qualidade de vida, faz-me eleger como sua mais íntima parceria o Ambiente e, nesta matéria gostaria de destacar, hoje e aqui neste Plenário algumas questões que, em consciência exigem maior responsabilidade, não só da nossa comunidade mas sobretudo de alguns gestores públicos, tendo também perfeita consciência que o mal só pode ser debelado com a mentalização e envolvimento de todos.

Sendo o Ambiente uma vasta área "com pano para mangas" e que eu próprio não domino na sua mais ampla concepção, debruçar-me-ei, apenas, sobre algumas das questões mais objectivas e que muito preocupam a maioria dos Jorgenses.

Mas ainda antes de trazer à colação, os fundamentos que me despertaram para esta minha intervenção lembro que as sociedades modernas estão muito voltadas para o consumismo e os Açores não fogem à regra, porque longe vão os dias em que a insularidade era uma barreia inultrapassável na sua relação com o exterior. Ao invés, hoje, esta característica penaliza-nos sobremaneira, e nestes pressupostos teremos que apelar à responsabilidade dos gestores públicos e à co-responsabilidade dos consumidores.

Assim sendo, urge a necessidade do envolvimento voluntário e consciente das populações num processo que defenda a protecção e conservação do nosso rico património ecológico, paisagístico e arquitectónico.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Conheço importantes passos já dados a favor do Ambiente pelo Governo Regional e por algumas autarquias desta Região, dependendo do primeiro Órgão, atrás referido, a criação de áreas protegidas que muito contribuem para o desenvolvimento regional, quer seja no enriquecimento da oferta paisagística quer ainda ao nível do interesse científico.

Na Governação do Partido Socialista foi criada a Secretaria Regional do Ambiente e respectivas Delegações em todas as Ilhas e assim, pela primeira vez, deu-se o destaque que este sector precisava.

Por esta via, o VII Governo Regional apresentou nesta Casa, entre outros, um Diploma que foi aprovado por unanimidade, originando o Decreto Legislativo Regional n.º32/2000/A, de 24 de Outubro – Medidas cautelares de preservação e salvaguarda do património natural e cultural das Fajãs da Ilha de São Jorge.

Julgo também que, numa comunhão de boas intenções a Câmara Municipal da Calheta, já na esteira da supracitada legislação, avançou para a criação de um regulamento sobre medidas cautelares para a preservação das Fajãs do Concelho da Calheta que foi igualmente aprovado por unanimidade na respectiva Assembleia Municipal e, na nota introdutória, deste documento poder-se-ão ler as seguintes frases/preocupações que passo a citar:

" As Fajãs ...., em especial do Concelho da Calheta, constituem zonas absolutamente singulares em termos do seu ambiente natural e construído."...
...Estas medidas cautelares pretendem constituir as bases para a formalização de um desígnio comum a todos os Jorgenses – a preservação das características únicas destas Fajãs.
...O desrespeito pelo aparentemente inofensivo pormenor poderá lesar irreversivelmente determinadas características que são imprescindíveis ao equilíbrio ambiental de toda a Fajã....
... As Fajãs de São Jorge têm um valor inestimável que constitui um bem comum. Se assim entendidas serão, a curto prazo, uma mais valia em termos sócio-culturais e económicos.."

Fim de citação.

Quero ainda referir que as preocupações ambientais estão na ordem do dia e cada vez mais envolvem toda a sociedade civil, facto que se prova com o significativo número de Associações Ambientalistas, que vão sendo criadas e São Jorge, felizmente não foge à regra.

A leitura deste grande envolvimento evidencia a grande preocupação de todos os quadrantes da comunidade para a seriedade com que devemos tratar as questões ambientais.

Todavia, e por incrível que pareça, a Edilidade Calhetense (mãe de tão nobre pacote de medidas cautelares para as suas Fajãs) faz letra morta das regras que concebeu, evidenciando não só um total desrespeito pelos seus munícipes, representados no seu mais próximo órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal mas ainda o incumprimento de Legislação Regional, em vigor, criando situações descaracterizantes e com nefastas consequências, diria quase ou mesmo irremediáveis.
Estas atrocidades não se prendem só com a permissão de obras de construção civil, à revelia, quer da Legislação Regional quer ainda do regulamento das medidas cautelares (criado pela própria autarquia mas também com as suas directas intervenções físicas em áreas protegidas, incluindo terraplanagens, num absurdo desrespeito pela Lei e imposições comunitárias.

Falando só da construção civil, que muito me preocupa pela acentuada descaracterização das nossas Fajãs, (que, como todos sabemos são de beleza ímpar) assistimos (com angústia) à construção de moradias que não respeitam as regras implementadas (quer ao nível arquitectónico quer no âmbito da sua estrutura).

Em cima de tudo isto, infelizmente encontramos, dia após dia, novos casos de introdução de peças de arquitectura e a utilização de materiais de construção civil fora do tradicional e que chocam completamente com as regras definidas. O alumínio e o P.V.C. favorece a imaginação na mais variada e desconhecida de configuração de caixilharias de péssimo gosto. O real conceito de liberdade implica o respeito pelo próximo e nesta falta de respeito precisamos que se levantem mais vozes, enquanto ainda é tempo.

Nesta matéria, a responsabilidade política e as boas regras de ética impõe uma constante defesa do ambiente. Não pode nem deve um Partido Político ajudar a erigir um edifício legislativo desta nobreza para na prática outros seus militantes, no exercício do poder local, delapidarem o nosso património natural, ambiental e construído. Assustadoramente isso tem vindo a acontecer, de uma forma geral por toda a Ilha de São Jorge!

A desfaçatez dos seus principais responsáveis chega ao ponto de, em nome das Autarquias, insurgirem-se, publicamente, contra a Secretaria Regional do Ambiente e adjectivar, da pior forma, entidades públicas somente pelo facto destas tratarem as questões ambientais e fiscalizarem o cumprimento das regras, com a devida responsabilidade.

Não devemos dar cobertura a quem irresponsavelmente e de uma forma (diria mesmo leviana) se insurge contra a razão, adjectivando, negativamente, quem defende o interesse público!

Estou aqui a falar deste assunto para denunciar no exterior o que é silenciado das portas para dentro e, quiçá devida à pouca atenção de alguns órgãos da comunicação social !

Não podemos permitir que uma autarquia desrespeite, de uma forma leviana, as Leis emanadas desta Assembleia e as decisões comunitárias orientadas para as áreas protegidas; muito menos ainda quando as consequências são manifestamente graves! Apelo a quem de direito para travar este tipo de postura.

Mas, o desrespeito não se fica só por aqui. A propósito lembram-se, os senhores Deputados de aqui ter sido dito que a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes nunca tinha dirigido nenhum pedido à Câmara Municipal do seu Concelho; pois a verdade é que entre muitos outros pediu (várias vezes) o edifício escolar desta localidade para as suas actividades, todas elas relacionadas com a preservação do património arquitectónico, cultural, ecológico paisagístico e etnográfico das Fajãs.

Não obstante o facto deste imóvel (construído pelo Governo Regional) nunca ter sido submetido a obras de conservação após a sua construção e por conseguinte apresentar um elevado estado de degradação, certo é que a falta de sensibilidade e/ou de respeito por esta humilde Associação fez bloquear a resposta, ansiosamente, aguardada há quase dois anos.

A propósito, sou forçado (não só por uma questão de honra pessoal mas sobretudo para repor a verdade sobre algumas afirmações, que foram feitas neste Parlamento) a apresentar do seguinte historial, que certamente, também, servirá para mais adiante tirámos conclusões:

Assim, no dia 8 de Setembro de 2000 (há mais de 22 meses) a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes foi recebida, a seu pedido, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal dessa Edilidade e solicitou-lhe o empréstimo do edifício escolar da Fajã dos Vimes.

Mais tarde, com data de 8 de Outubro de 2000 (há mais de 19 meses) a referida Instituição insistiu, novamente junto da referida Autarquia através de um ofício.

Posteriormente, a 21 de Fevereiro de 2001 (há mais de 16 meses) remeteu novo ofício para a mesma origem a pedir que lhe dessem uma resposta a este pedido.

Ainda, com data de 18 de Maio de 2001 (há 11 meses) a mendigante Associação fez, por escrito, mais uma tentativa - Mais uma diligência e menos uma resposta por parte da mencionada Edilidade.

Por último a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes escreveu (com data de 22 de Novembro de 2001- há cerca de 5 meses) ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Calheta e ao da Junta de Freguesia da Ribeira Seca para que ambos sensibilizassem a Assembleia Municipal, no sentido desta aprovar uma recomendação ao Senhor Presidente da respectiva Câmara Municipal que favorecesse a tão esperada resposta.

Em sede da Assembleia Municipal foi feita a devida recomendação mas que, infelizmente, mais uma vez não produziu efeito, caindo num saco roto.

Também é do meu conhecimento que o autarca em causa terá faltado à verdade ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca (que por sinal são do mesmo partido) pois ter-lhe-á dito que a Associação dos Amigos nunca lhe tinha feito nenhum pedido de colaboração, facto que levou a dita Instituição a remeter, com data de 12 de Maio de 2001 um ofício anexando fotocópias de toda a correspondência enviada à Câmara Municipal em causa.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Mais uma vez as minhas desculpas por este parêntesis que abri na minha intervenção mas estou certo que perdoar-me-ão, porque tive a mera intenção de alertar consciências para reagirem ás causas e aos meios que arruinam um património que é de todos.-

Retomando outras questões pretendo ainda, neste curto espaço de tempo, denunciar o estado caótico em que se encontram os aterros sanitários de São Jorge, de quando em

vez deixam de o ser para voltarem a anterior forma de lixeiras a céu aberto e, tudo isto à conta de grandes investimentos públicos (das Câmaras, da Região e da Comunidade).

Já não nos bastava a falta de entendimento entre as duas Câmara de São Jorge, quanto à criação de um só aterro sanitário para a Ilha de São Jorge para agora sofrermos com este grave tipo de irresponsabilidade. Ainda esperava que a comunicação social, um dos melhores meios de persuasão, já se tivesse apercebido desta lastimosa situação que faz perigar a saúde pública.

Quem queira ser como S. Tomé e pretenda certificar-se pessoalmente destas situações terá, nestas situações, a indicação do caminho facilitada. Os plásticos permanentemente patrulhados por enormes bandos de gaivotas orientam o destino e à medida que nos aproximamos, muitas vezes, sobe de intensidade o cheiro nauseabundo dos cadáveres de animais que ali jazem à superfície.

Outra questão preocupante para a saúde pública refere-se à falta de tratamento de água na rede de abastecimento domiciliar que, a este nível pouco ou quase nada se faz.

Tudo se torna significativamente agravado pela poluição microbiológica e a presença significativa de nitritos, potenciada pela falta de protecção ás zonas demarcadas das nascentes, trabalho que deveria preocupar, sobremaneira, as entidades responsáveis pelo fornecimento domiciliar de água

Termino pedindo que reflictamos sobre as preocupações que aqui trouxe e solicitando a todos quanto tiveram a paciência de me ouvir, os maiores esforços contra os atentados que estão a ser feito ao rico património das nossas Fajãs.

Muito obrigado

Horta, Sala das Sessões, 13 de Junho de 2002

O Deputado do Partido Socialista

(António das Neves Lopes Gomes)